Resumo Não Técnico (consolidado) do Estudo de Impacte Ambiental

Outubro de 2026

Central Solar Fotovoltaica de Terra Ruiva e Linha Elétrica a 60 kV

C.Solar NE14 Brinqueira, S.A.

Estudo de Impacte Ambiental

Central Solar Fotovoltaica de Terra Ruiva e Linha Elétrica a 60 kV

Direção Técnica do EIA	Susana Marques (Susana Marques)
Coordenação	Sofia Aleixo (Sofia Aleixo)
Data	13 de outubro de 2026

Índice

1 Introdução....4
2 Localização do projeto....4
3 Descrição do projeto....7
4 Construção do projeto....8
5 Funcionamento do projeto....11
6 Desativação do projeto....12
7 Prazos de concretização do projeto....12
8 Estado atual da área do projeto e envolvente....12
9 Impactes ambientais do projeto....14
10 Impactes do projeto em conjunto com outros projetos existentes e previstos....17
11 Medidas de minimização e de monitorização....18
11.1 Fase de licenciamento....18
11.2 Fase prévia à construção....18
11.3 Fase de construção....20
11.4 Fase de exploração....25
11.5 Fase de desativação....27

1 INTRODUÇÃO

O presente documento constitui o Resumo Não Técnico do Estudo de Impacte Ambiental da Central Solar Fotovoltaica de Terra Ruiva e respetiva Linha Elétrica de ligação à Subestação de Tavira.

O projeto prevê a instalação e operação de painéis solares, bem como dos respetivos equipamentos e estruturas de apoio, numa propriedade com 77.4 hectares. A potência total instalada será de 53.42 megawatt-pico, utilizando como fonte primária a energia do sol. A energia produzida será entregue à Rede Elétrica de Serviço Público, sendo para isso construída uma linha elétrica com uma tensão de 60 quilovolts, com um comprimento de 1 482.72 metros e um total de 10 postes.

O projeto irá contribuir para o cumprimento das metas nacionais e europeias relativas à produção de energia a partir de fontes renováveis e para a redução das emissões dos gases com efeito de estufa.

O projeto encontra-se na fase de Projeto de Execução.

O Resumo Não Técnico tem como objetivo resumir os aspetos mais importantes do Estudo de Impacte Ambiental e encontra-se escrito numa linguagem que se pretende acessível à generalidade dos principais interessados, de modo que estes possam participar na Consulta Pública. Para a obtenção de informações mais detalhadas poderá ser consultado o Estudo de Impacte Ambiental, que estará disponível na plataforma eletrónica Participa.pt.

O Estudo de Impacte Ambiental tem como objetivo analisar os efeitos do projeto no meio natural e social, bem como apresentar medidas para reduzir os efeitos mais prejudiciais. Corresponde ao instrumento técnico que suporta o processo de Avaliação de Impacte Ambiental, cujo procedimento inclui a realização do Estudo de Impacte Ambiental propriamente dito, a fase de consulta pública e termina com a emissão da Declaração de Impacte Ambiental, que será obrigatoriamente considerada no licenciamento do projeto.

A entidade licenciadora do projeto é a Direção-Geral de Energia e Geologia, enquanto a Autoridade de Avaliação de Impacte Ambiental é a Agência Portuguesa do Ambiente.

O proponente do projeto é a empresa C.Solar NE14 Brinqueira, S.A., pertencente à Chint Solar Portugal.

O Estudo de Impacte Ambiental foi elaborado entre os meses de julho de 2025 e maio de 2026, pela empresa Value Element – Engineering Solutions, Lda.

2 LOCALIZAÇÃO DO PROJETO

O projeto localiza-se na freguesia de Cachopo do concelho de Tavira, distrito de Faro (ver Desenho 1), junto das povoações de Alcarias de Baixo e da Amoreira.

A Central Solar Fotovoltaica irá ter uma área vedada de 69 hectares, numa propriedade com 77.4 hectares, ocupada por matos, azinheiras e pinheiro manso.



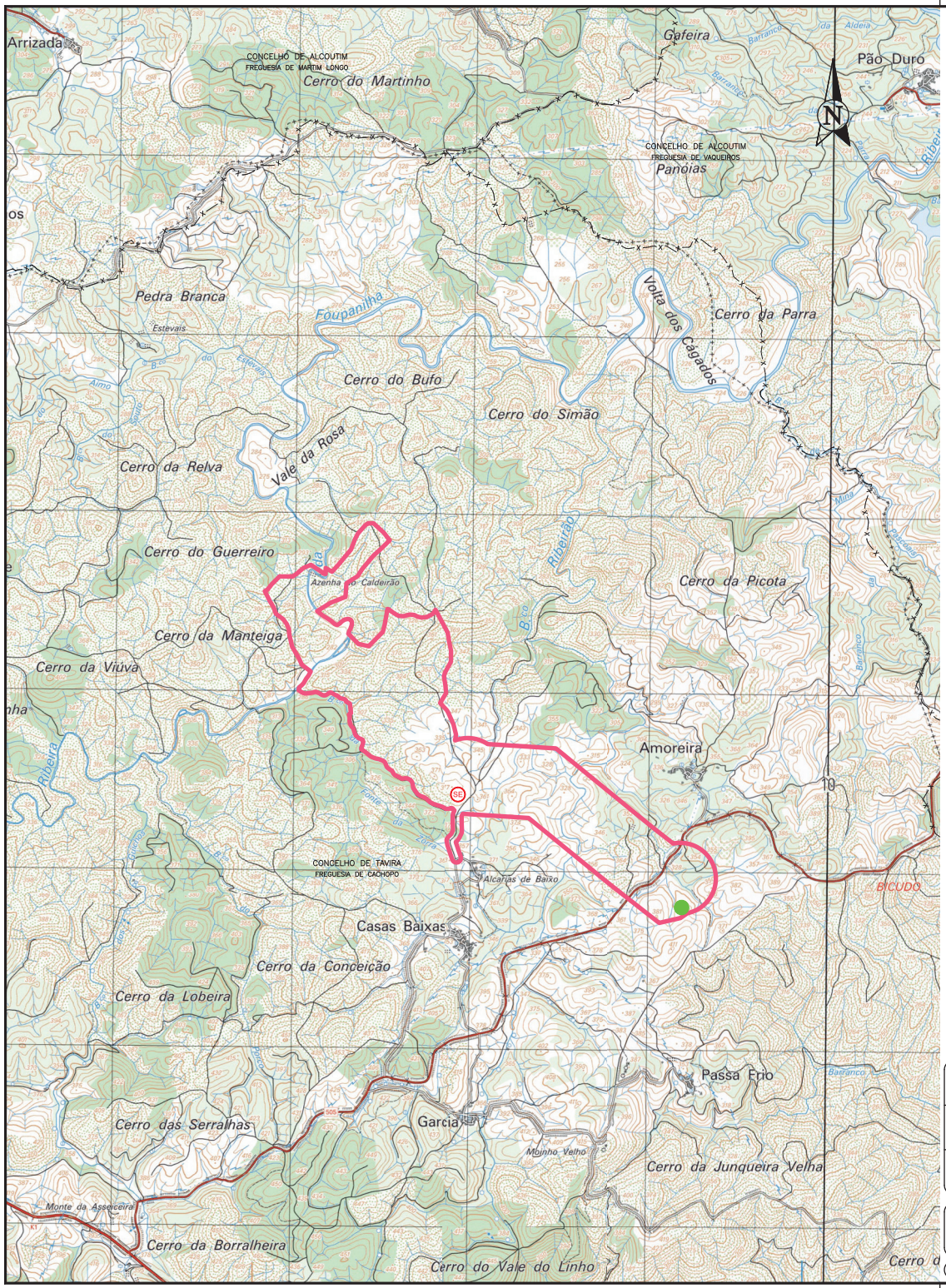
Fotografia 2.1 – Interior da área vedada ocupada com matos e azinheira isoladas



Fotografia 2.2 – Povoamento de azinheiras no interior da área vedada e que será preservado



Fotografia 2.3 - Pinheiro-manso e matos na área da linha elétrica



Enquadramento Administrativo:



Limite de Concelho

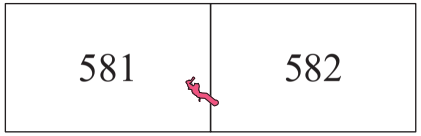
Limite de Freguesia

Enquadramento Nacional:



Localização da área de estudo

Enquadramento das Cartas Militares



LEGENDA:

- Área de estudo
- SE — Subestação da Central Solar Fotovoltaica de Terra Ruiva
- Subestação de Tavira

Projectado:	S. Marques
Desenhado:	F. Brito
Verificado:	M. Pereira
Escala:	1:25.000

Cliente: CHNT Empower the World

Obra: Resumo Não Técnico do Estudo de Impacte Ambiental da Central Solar Fotovoltaica de Terra Ruiva e Linha Elétrica

ÁREA DE ESTUDO DO PROJETO

Local: Freguesias: Cachopo — Concelhos: Tavira

VALUE ELEMENT ENGINEERING SOLUTIONS
R. do Multipark 1, N.º 79
4595-542 Seroa - Paços de Ferreira
e-mail: geral@valueelement.pt
www.valueelement.pt

Nº Desenho:		
Desenho 1		
Data:	Folha. nº:	Formato:
26/05/2026	1/1	A3

Este documento é propriedade da Value Element Engineering Solutions, não podendo ser copiado, desenvolvido ou comunicado a terceiros, no todo ou em parte, sem autorização expressa

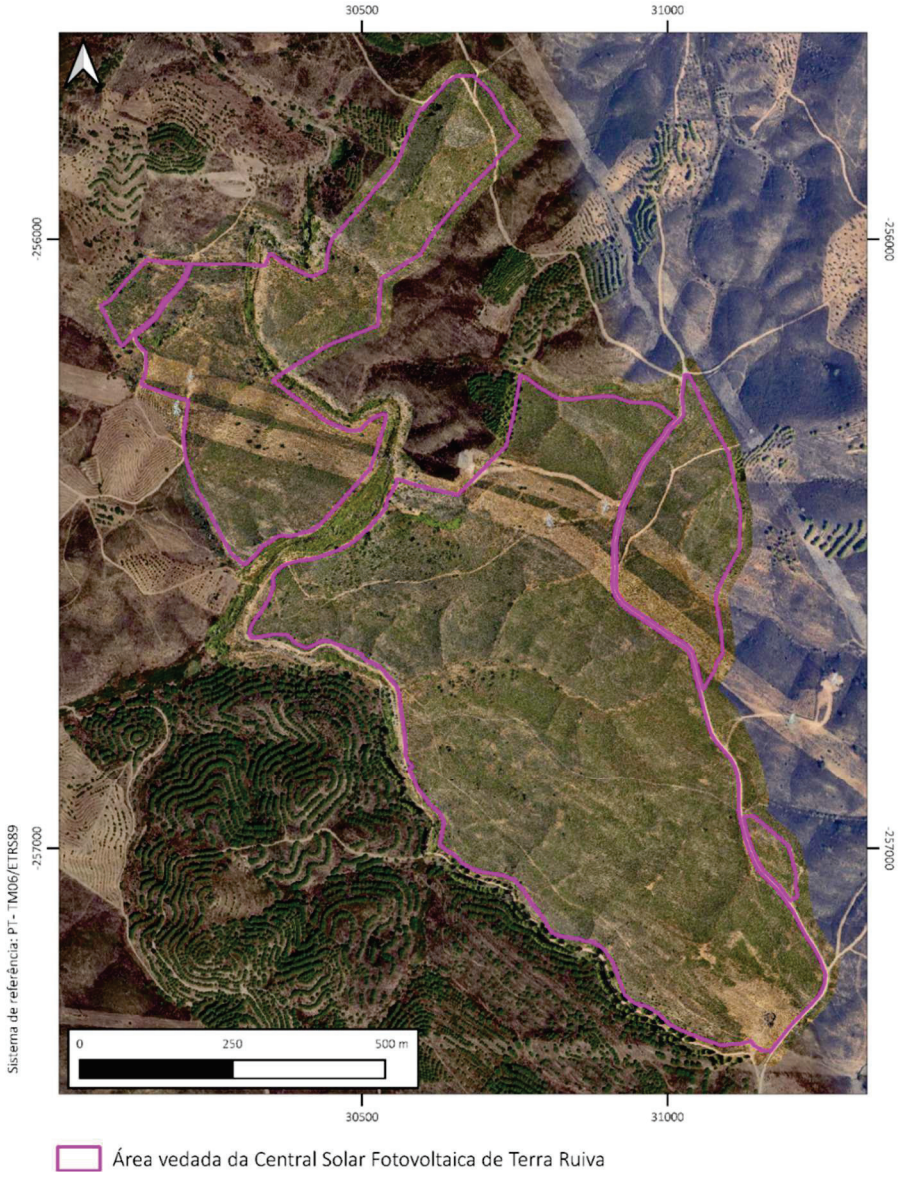


Figura 2.1 – Área de implantação da Central Solar Fotovoltaica

3 DESCRIÇÃO DO PROJETO

A Central Solar Fotovoltaica de Terra Ruiva será constituída pelos seguintes elementos e estruturas principais (ver Desenho 2): painéis solares; estrutura fixa para suporte dos painéis solares; inversores; postos de transformação; sistema de armazenamento de energia em baterias; cabos de baixa e média tensão e respetivas valas; Subestação; sistema de videovigilância e deteção de intrusão; sistema de comunicações; vedação e portões de acesso; caminhos de acesso internos.

A ligação entre a Subestação da Central Solar Fotovoltaica e a Subestação de Tavira será realizada através de uma linha elétrica aérea de alta tensão (60 quilovolts), com uma extensão de 1 482.72 metros e 10 postes (ver Desenho 3). As linhas elétricas têm sempre associada uma faixa de proteção, com uma largura de 25 metros (uma vez que se trata de uma linha de alta tensão).

4 CONSTRUÇÃO DO PROJETO

Os trabalhos iniciam-se com a desmatação e desflorestação da área onde vai ser implantada a Central Solar Fotovoltaica, assegurando-se a preservação dos povoamentos de azinheira. Segue-se a realização dos trabalhos de topografia e marcação dos vários componentes do projeto, bem como a instalação da vedação perimetral.

Posteriormente, iniciam-se os trabalhos de movimentação de terras associados à construção dos acessos internos, da Subestação, do Sistema de armazenamento de energia em baterias, dos Postos de Transformação, do Edifício de Comando e de algumas zonas de painéis solares com um declive mais acentuado. A estrutura metálica fixa de suporte dos painéis solares é cravada no solo para a posterior montagem dos painéis solares e inversores.

A energia produzida nos painéis solares é transportada através de cabos subterrâneos. Para o efeito, serão abertas valas de pouca profundidade para os cabos de ligação dos painéis solares aos Postos de Transformação, e dos Postos de Transformação para a Subestação e Sistema de armazenamento de energia em baterias.

Está previsto um estaleiro de obra, junto do local de implantação do Edifício de Comando e Subestação, à entrada da Central Solar Fotovoltaica. No estaleiro existirão contentores que se destinam ao armazenamento de equipamentos, veículos, ferramentas e ainda escritórios e WC químicos.

A água para a obra virá de um fornecedor externo através de um camião-cisterna, não estando prevista captações de água na área do projeto. Será igualmente disponibilizada água engarrafada para consumo humano.

Durante a obra serão produzidos resíduos que serão devidamente acondicionados até envio a um operador de gestão de resíduos licenciado.

A circulação de veículos e a utilização de equipamentos e máquinas irá originar a emissão de poluentes atmosféricos e ruído.

Para os trabalhos de construção, estima-se que a mão de obra necessária seja, no pico dos trabalhos, de 80 trabalhadores.

A construção da Linha Elétrica inicia-se com a desmatação das áreas de trabalho, definidas em torno dos locais onde serão construídos os postes metálicos, e a criação e melhoria de acessos temporários. Os acessos a criar e a melhorar serão apenas desmatados e regularizados para passagem da grua de levantamento dos postes, não havendo colocação de material inerte ou pavimentação. Seguem-se os trabalhos de escavação para as fundações (em betão), com posterior montagem dos postes metálicos e levantamento com uma grua. Por fim, procede-se ao desenrolamento dos cabos condutores e cabos de guarda entre os postes. Numa faixa de 25 metros de largura centrada na Linha Elétrica é reduzida a vegetação, de forma a garantir a segurança da infraestrutura. A ocupação desta faixa é essencialmente silvopastoril, logo as ações de corte da vegetação serão reduzidas.



LEGENDA:

- Área vedada da Central Solar Fotovoltaica de Terra Ruiva
- Painéis fotovoltaicos
- Portões
- Postos de Transformação
- Valas de cabos
- Subestação
- Sistema de armazenamento de energia em baterias
- Edifício de comando
- Acesso a criar
- Acessos aos postes pré-existentes
- Acessos exteriores existentes
- Acessos internos

Projectado: S. Marques

Desenhado: F. Brito

Verificado: M. Pereira

Escala: 1:6.000

Cliente: CHNT Empower the World

Obra: Resumo Não Técnico do Estudo de Impacte Ambiental da Central Solar Fotovoltaica de Terra Ruiva e Linha Elétrica

PROJETO DE EXECUÇÃO DA CENTRAL SOLAR FOTOVOLTAICA

Local: Freguesias: Cachopo Concelhos: Tavira

VALUE ELEMENT ENGINEERING SOLUTIONS
R. do Multipark 1, N.º 79
4595-542 Seroa - Paços de Ferreira
e-mail: geral@valueelement.pt
www.valueelement.pt

Nº Desenho: Desenho 2

Data:	Folha. nº:	Formato:
13/10/2026	1/1	A3

Este documento é propriedade da Value Element Engineering Solutions, não podendo ser copiado, desenvolvido ou comunicado a terceiros, no todo ou em parte, sem autorização expressa



LEGENDA:

- Linha elétrica aérea
- Faixa de servidão da linha elétrica
- Subestação da Central Solar Fotovoltaica de Terra Ruiva
- Subestação de Tavira

Projectado:	S. Marques
Desenhado:	F. Brito
Verificado:	M. Pereira
Escala:	1:4.000

Cliente: CHINT Empower the World

Obra:

Resumo Não Técnico do Estudo de Impacte Ambiental da Central Solar Fotovoltaica de Terra Ruiva e Linha Elétrica

PROJETO DE EXECUÇÃO DA LINHA ELÉTRICA

Local:

Freguesias: Cachopo — Concelhos: Tavira

VALUE ELEMENT ENGINEERING SOLUTIONS
R. do Multipark 1, N.º 79
4595-542 Seroa - Paços de Ferreira
e-mail: geral@valueelement.pt
www.valueelement.pt

Nº Desenho:		
Desenho 3		
Data:	Folha. nº:	Formato:
26/05/2026	1/1	A3

Este documento é propriedade da Value Element Engineering Solutions, não podendo ser copiado, desenvolvido ou comunicado a terceiros, no todo ou em parte, sem autorização expressa

Após a conclusão da obra todas as áreas intervencionadas serão limpas, com a retirada de todos os materiais e equipamentos da obra, descompactadas e cobertas com terra vegetal, de forma a promover a recuperação da vegetação. Na área da Central Solar Fotovoltaica está prevista a plantação e sementeira da área não ocupada com componentes do projeto. Na envolvente dos postes da Linha Elétrica, se a vegetação não recuperar no primeiro ano é efetuada nova descompactação do solo com posterior sementeira, caso se justifique.

Para a construção da Central Solar Fotovoltaica será necessário melhorar o acesso em terra batida entre a povoação de Alcarias de Baixo e a área do projeto. A intervenção corresponde ao alargamento deste acesso de 2.5 metros para 5 metros de largura, que permite a passagem de dois veículos em simultâneo, com pavimento em tout-venant compactado.



Figura 4.1 – Acesso em terra batida, a melhorar, a partir da povoação de Alcarias de Baixo

Para compensar o corte de 527 azinheiras e 1 sobreiro, necessário para a construção da Central Solar Fotovoltaica, é proposta a plantação de 1 368 azinheiras numa área de 8.71 hectares arrendada por 20 anos e localizada na freguesia de Cachopo.

5 FUNCIONAMENTO DO PROJETO

O funcionamento do projeto baseia-se na captação da radiação solar através dos painéis solares, uma fonte de energia renovável, que transformam a luz solar em energia elétrica. A energia produzida nos painéis solares é encaminhada para os Postos de Transformação que, por sua vez, encaminham a energia para a Subestação. A partir daí, a energia é transportada através da Linha Elétrica até à Subestação de Tavira. A Central Solar Fotovoltaica tem um funcionamento automático, monitorizado e gerido no Edifício de Comando. O sistema de armazenamento de energia em baterias permite armazenar a energia elétrica produzida pela Central Solar Fotovoltaica.

Durante a exploração da Central Solar Fotovoltaica irão decorrer ações de corte de vegetação para evitar o ensombramento dos painéis solares, a limpeza periódica dos painéis solares, para além de inspeções e manutenções.

Em torno da Central Solar Fotovoltaica, terá de ser garantida uma faixa com vegetação reduzida, no âmbito da prevenção de incêndios rurais. Nesta faixa, será estabelecido o contacto prévio com os respetivos proprietários das parcelas a intervencionar, de forma que seja atribuída a devida compensação com base na avaliação dos eventuais prejuízos efetivamente verificados e comprovados, devendo esta observar o regime legal aplicável.

A água para limpeza dos painéis solares será fornecida por um camião-cisterna com origem externa, não estando prevista a captação de água na área do projeto.

Os esgotos provenientes das instalações sanitárias do Edifício de Comando serão conduzidos para uma fossa estanque, que será limpa periodicamente e o efluente transportado para uma estação de tratamento de águas residuais.

Os resíduos produzidos serão separados e enviados a destino final autorizado.

A Linha Elétrica terá ações de manutenção da vegetação na faixa de proteção de 25 metros de largura, e eventuais manutenções ou reparações que sejam necessárias.

6 DESATIVAÇÃO DO PROJETO

No final de vida útil da Central Solar Fotovoltaica e da Linha Elétrica, a mesma será desativada e integralmente desmontada e removida, bem como os equipamentos que lhe estão associados.

Toda a área intervencionada será alvo de regularização, limpeza do terreno e de recuperação paisagística, de forma a adquirir condições, tão próximas quanto possível, às condições prévias à construção do projeto.

7 PRAZOS DE CONCRETIZAÇÃO DO PROJETO

A construção da Central Solar Fotovoltaica terá uma duração aproximada de 13 meses. A construção da Linha Elétrica associada decorrerá em simultâneo, com uma duração estimada de cerca de 4.5 meses.

A fase de funcionamento tem uma duração prevista de 30 anos, enquanto a fase de desativação tem uma duração prevista de 6 meses.

8 ESTADO ATUAL DA ÁREA DO PROJETO E ENVOLVENTE

O projeto situa-se integralmente sobre o Maciço Antigo (Hespérico), mais concretamente no domínio da Zona Sul Portuguesa, exibindo um relevo de declives suaves a acentuados e vales pouco profundos.

A área de estudo tem linhas de água, que, na sua maioria, são apenas visíveis em períodos de chuva. A principal linha de água é a ribeira da Foupanilha, de largura considerável e escoamento permanente,

embora se verifique a inexistência de escoamento em períodos de seca prolongada. A qualidade da água é considerada boa.

A área de estudo é dominada por matos e azinheiras. As linhas de água na área de estudo estão associadas a habitats protegidos pela Rede Natura 2000. Não foram identificadas espécies de vegetação com estatuto de conservação ou ameaçadas. Quanto às aves, registaram-se cinco espécies com estatuto de conservação. No que respeita aos mamíferos, foram maioritariamente observados indícios da sua presença. Destaca-se o coelho-bravo, identificado na área do projeto e classificado como Vulnerável, bem como a lontra, espécie protegida. Não foram identificadas outras espécies com estatuto de conservação relevante na área diretamente afetada pelo projeto.

O projeto insere-se na unidade de paisagem "Serra do Caldeirão", pertencente ao grupo Serras do Algarve e do Litoral Alentejano. Na envolvente mais ampla, observam-se áreas com declives acentuados, refletindo os contrastes geomorfológicos regionais e a transição entre zonas serranas e peneplanícies. Os observadores potenciais localizam-se em áreas habitadas, nomeadamente nas povoações mais próximas, como Alcarias de Baixo, Casas Baixas e Amoreira, assim como ao longo das principais estradas, sendo globalmente escassos devido à baixa densidade populacional.

As principais fontes de poluentes atmosféricos no concelho de Tavira são o tráfego rodoviário e os setores dos resíduos. A qualidade do ar na região é considerada Boa.

Na envolvente próxima da área do projeto existem recetores sensíveis ao ruído, que correspondem a três aglomerados populacionais, nomeadamente Alcarias de Baixo, Casas Baixas e Amoreira. As principais fontes de ruído na envolvente da área do projeto têm origem no tráfego rodoviário a circular nas vias municipais, o tráfego aéreo e as atividades do quotidiano da população.

Em 2021, o concelho de Tavira tinha uma população residente de 27 523 habitantes, representando aproximadamente 5.9 % do total da população da Região do Algarve. Entre 2011 e 2021, Tavira registou um crescimento populacional superior a 5 %, sendo superior ao aumento populacional registado na região do Algarve. A freguesia de Cachopo, onde se localiza a área de estudo, evidenciou uma acentuada queda demográfica, tendo perdido cerca de 34 % dos seus residentes nesse período.

De um modo geral, no concelho de Tavira predominam as atividades ligadas ao turismo, ao comércio e aos serviços. Ainda assim, a nível local, mantém alguma importância a agricultura e a produção animal.

O projeto tem enquadramento no Plano Diretor Municipal de Tavira, com o qual demonstra ser compatível.

As ocorrências patrimoniais identificadas no trabalho de campo correspondem a elementos de natureza etnográfica, destacando-se currais construídos em pedra seca destinados ao maneio de gado e associados a práticas tradicionais de pastorícia. Estas estruturas dispersas, muitas vezes autónomas e implantadas em zonas de pastoreio, refletem a adaptação ao território e à proximidade de recursos naturais. Na área do projeto da Central Solar Fotovoltaica localizam-se duas ocorrências patrimoniais, um curral com valor

etnográfico e uma ocorrência indeterminada. As restantes ocorrências patrimoniais identificadas não serão afetadas pelo projeto.

9 IMPACTES AMBIENTAIS DO PROJETO

Fase de construção

A geomorfologia do local da Central Solar Fotovoltaica irá ser moderadamente alterada, na medida em que irão existir movimentações de terras em zonas mais declivosas, apesar das estruturas de suporte dos painéis solares acompanharem, na generalidade, o relevo do terreno. Serão também realizados movimentos de terras para a construção da Subestação, Postos de Transformação, sistema de armazenamento de energia em baterias, acessos internos e Edifício de Comando. Estas escavações e aterros, embora pontuais, representam alterações geomorfológicas relevantes ao nível dos taludes, podendo gerar risco moderado de instabilidade, pelo que o impacte na geomorfologia será negativo e significativo nas áreas sujeitas a movimentos de terras.

Prevê-se a compactação do solo na área afeta à obra, o que não deverá afetar muito a infiltração de água no solo. Assim, não existe afetação do sistema aquífero, logo o impacte nos recursos hídricos subterrâneos é negativo e pouco significativo.

As ações de construção, movimentação de terras e circulação de veículos e máquinas poderão provocar alterações no normal escoamento das águas superficiais, aumentar a erosão e o arrastamento de poeiras para as linhas de água, contribuindo para diminuir a qualidade da água superficial. Contudo, com o cumprimento das medidas de minimização propostas, o impacte nos recursos hídricos superficiais será negativo e pouco significativo.

A desmatação, desflorestação, decapagem e movimentação de terras provocarão alterações nas características do solo, aumentando a compactação e a erosão. Apesar disso, com a reposição da terra vegetal e recuperação paisagística, o impacte no solo e uso do solo é negativo e pouco significativo.

O impacte previsível na paisagem será negativo e pouco significativo, considerando a escassa presença humana na envolvente e a reduzida visibilidade que caracteriza a área do projeto.

Na flora, o impacte será negativo e pouco significativo, por se limitar às áreas intervencionadas e ser limitado no tempo (apenas enquanto dura a construção), sendo minimizado pelas medidas de proteção da vegetação e recuperação ecológica previstas. Relativamente à fauna, espera-se alguma perturbação e perda temporária de habitats, estando limitado às áreas intervencionadas, pelo que o impacte será negativo e pouco significativo.

A circulação de veículos e máquinas, bem como a movimentação de terras, origina a emissão de poeiras e gases com efeito de estufa. Atendendo ao carácter temporário das ações de construção, e a aplicação de medidas de minimização, considera-se o impacte na qualidade do ar negligenciável.

No entanto, dadas as emissões de gases com efeito de estufa associadas às ações de construção (veículos a combustão e produção de materiais) e à redução da capacidade de sequestro de carbono pelo corte de vegetação, o impacte no clima e alterações climáticas é considerado negativo e significativo.

O ruído associado à circulação de veículos, utilização de máquinas e outras ações da obra provocará um aumento dos níveis sonoros, mas sem afetação significativa da população, dado o carácter temporário destas atividades e a restrição das atividades ocorrerem apenas no período diurno de dias úteis.

Ao nível socioeconómico, o impacte associado à construção do projeto será positivo e pouco significativo, decorrente da criação temporária de emprego e da dinamização da economia local através de compra de bens no comércio local, alojamento e restauração. Adicionalmente, o investimento associado à obra terá efeitos multiplicadores na economia local e regional.

O impacte na saúde humana estará associado ao aumento temporário de poeiras, ruído e intensificação do tráfego local. Apesar disto, não são esperados efeitos relevantes na saúde humana, pelo que o impacte será negativo e pouco significativo.

Na área da Central Solar Fotovoltaica, o curral com valor etnográfico e a ocorrência de valor indeterminado serão destruídos, mas com o devido registo e acompanhamento arqueológico. Assim, o impacte do projeto no património será negativo e pouco significativo. Na Linha Elétrica, não se prevê a afetação direta de nenhuma ocorrência patrimonial identificada.

Fase de exploração

Os principais impactes na geologia e na geomorfologia ocorreram na fase de construção, pelo que se considera que na fase de funcionamento os impactes são nulos.

A reduzida área impermeabilizada associada ao projeto e o seu carácter disperso, permite considerar que não deverá ocorrer a interferência na recarga dos aquíferos, pelo que se considera que o impacte nos recursos hídricos subterrâneos é negligenciável.

Durante a fase de exploração, os acessos internos serão mantidos, assegurando-se o escoamento superficial através de valetas e passagens hidráulicas. Na ribeira da Foupanilha será construído um viaduto para o atravessamento desta linha de água. Dada a largura da ribeira da Foupanilha neste local, a construção do viaduto minimiza a ocupação no leito e margem da ribeira, para além de garantir a altura necessária para não causar obstrução em caso de cheia centenária. A sobreposição do projeto com áreas inundáveis localiza-se em zonas periféricas, não sendo previsível a alteração significativa da área inundável com a construção do projeto. Assim, os impactes nos recursos hídricos superficiais são considerados negligenciáveis.

A conversão de áreas anteriormente ocupadas por matos e azinheiras para produção de energia elétrica constitui uma alteração permanente do uso do solo, mantendo-se ao longo da vida útil do projeto (30 anos). Ainda assim, este uso mantém-se compatível com outros usos, como o pastoreio por exemplo, pelo que o impacte no uso do solo é negativo e pouco significativo.

Os principais efeitos do projeto nos sistemas ecológicos (flora e fauna) ocorrem na fase de construção, mas também se verificam durante a exploração do projeto, nomeadamente nas ações de manutenção da vegetação que terão um impacte negativo e pouco significativo na flora, enquanto a própria presença do projeto terá um impacte pouco significativo na fauna.

A implantação do projeto introduz novas infraestruturas no território, originando uma alteração da paisagem pela presença física do projeto e transformação do uso atual do solo. Estas alterações serão mais percetíveis para as populações na área envolvente ao projeto. Atendendo à dimensão e permanência das infraestruturas, bem como à alteração do uso do solo, o impacte na paisagem é considerado negativo e significativo.

O funcionamento do projeto não deverá provocar impactes sobre a qualidade do ar. No entanto, ao nível do clima e alterações climáticas, a produção de eletricidade a partir de fontes renováveis é responsável por impactes positivos significativos, uma vez que evita a emissão de gases com efeito de estufa na produção de eletricidade.

Na fase de exploração, não se prevê o aumento dos níveis sonoros, sendo as principais fontes de ruído associadas ao funcionamento dos equipamentos elétricos e às operações de manutenção. Assim, considera-se que o impacte no ambiente sonoro local é negligenciável.

O projeto traduz-se na criação de emprego direto e indireto durante a fase de exploração, contribuindo para um aumento, ainda que muito reduzido, do emprego e para efeitos positivos nas atividades locais. Além disso, o projeto tem efeitos positivos através do pagamento de taxas municipais e apoios à Comunidade local, através de um protocolo com uma associação cultural local. O principal impacte do projeto será o seu contributo para a diminuição da dependência energética nacional face a outros países. Destaca-se ainda o contributo para o cumprimento das metas nacionais e europeias de produção de energia a partir de fontes renováveis. Atendendo à dimensão do projeto no contexto nacional, o impacte é considerado positivo e significativo.

Não se preveem impactes relevantes na saúde humana, uma vez que o funcionamento do projeto não envolve emissões de gases com efeito de estufa ou poeiras, e a emissão de ruído é muito reduzida. Espera-se, assim, que sejam garantidas condições adequadas de segurança e proteção ao longo de toda a vida útil do projeto, considerando-se o impacte negligenciável.

A realização de ações de manutenção e inspeção, poderá originar uma perturbação muito pontual na envolvente das ocorrências patrimoniais. As intervenções de corte de vegetação apresentam carácter superficial e localizado, pelo que se considera que não existe impacte sobre o património.

Fase de desativação

Na fase de desativação, os impactes serão globalmente semelhantes aos da fase de construção, mas de menor intensidade.

10 IMPACTES DO PROJETO EM CONJUNTO COM OUTROS PROJETOS EXISTENTES E PREVISTOS

Na área envolvente do projeto em estudo foram considerados os projetos existentes ou previstos (licenciados) num raio de aproximadamente 10 quilómetros, que devem ser avaliados como impactes cumulativos. Identificaram-se assim na envolvente do projeto linhas elétricas existentes, a Central Solar Fotovoltaica do Cachopo, a Central Solar Fotovoltaica de Alcoutim, a Central Solar Fotovoltaica do Malhanito (que está ainda numa fase muito inicial de licenciamento), o Parque Eólico do Malhanito, e o Parque Eólico do Cachopo (que está ainda numa fase muito inicial de licenciamento).

O presente projeto contribui para o aumento da ocupação do solo com atividades de produção de energia elétrica e para a continuidade da artificialização do território.

O relevo ondulado e a presença constante de manchas arborizadas, reduzem a visibilidade entre projetos, embora se preveja a diminuição da qualidade visual. Contudo, dada a proximidade da Subestação de Tavira, é mais favorável a introdução de elementos artificiais (como a Central Solar Fotovoltaica) na proximidade de estruturas semelhantes, minimizando e circunscrevendo ao máximo a afetação na paisagem.

No que respeita à vegetação e habitats (flora), a artificialização resulta na diminuição do coberto vegetal, mas onde não são conhecidas espécies vegetais com estatuto de conservação específico. Na fauna, o conjunto destes projetos pode resultar num efeito de exclusão de animais terrestres e na mortalidade por colisão de aves e morcegos com a Linha Elétrica.

Estes projetos contribuem conjuntamente para a redução das emissões de gases com efeito de estufa e para o reforço da capacidade regional de produção elétrica a partir de fontes renováveis. Embora as infraestruturas energéticas impliquem alterações do uso do solo e redução da capacidade de sequestro de carbono devido à remoção de vegetação, estas perdas são compensadas por ações de plantação e regeneração natural previstas em cada projeto.

Na saúde humana os efeitos conjuntos são reduzidos, incidindo sobretudo sobre aspetos associados à perceção da paisagem, tranquilidade ambiental e perceção social do risco, não se prevendo efeitos sobre a saúde física da população.

Sobre o património, estes projetos podem representar a fragmentação e mudança funcional da paisagem tradicional e risco de destruição de estruturas como muros de pedra seca, currais e morouços.

Não é expectável a alteração significativa dos níveis de ruído com a implementação do Projeto em estudo considerando as restantes linhas elétricas existentes no território.

As medidas de minimização propostas para o projeto em estudo e estabelecidas pelos projetos que já se encontram em funcionamento, permitem a diminuição dos riscos identificados e promovem o equilíbrio sustentável entre a presença das infraestruturas energéticas, o Ambiente e a Comunidade presente na área de intervenção.

11 MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO E DE MONITORIZAÇÃO

Neste capítulo encontram-se as medidas de minimização propostas para cada fase de desenvolvimento do projeto.

Durante a construção deve ser garantido o devido Acompanhamento Ambiental da Obra, cujo objetivo consiste em verificar a correta implementação das medidas de minimização estabelecidas. Adicionalmente, a equipa de Acompanhamento Ambiental da Obra deverá ser capaz de identificar e auxiliar na implementação de medidas não previstas, mas que se revelem necessárias, e na prevenção e resolução de questões ambientais inesperadas que possam surgir no decorrer da obra.

Durante a fase de exploração do projeto será realizada a monitorização dos sistemas ecológicos, de forma a confirmar os efeitos previstos sobre as aves e a vegetação, bem como a monitorização do ruído no primeiro ano de funcionamento do projeto, para assegurar que os níveis de ruído na povoação de Alcarias de Baixo, a mais próxima da área do projeto, se mantêm baixos.

11.1 FASE DE LICENCIAMENTO

- Elaborar um Projeto de Arborização associado ao Plano de Compensação pelo Abate de Quercíneas;
- A Subestação e outras estruturas construídas deverão adotar, sempre que possível, uma volumetria e revestimento semelhantes à tipologia de construções da zona;
- Determinar a superfície piezométrica na área de implantação da CSF, através da execução de novos poços de reconhecimento entre as cotas 270 metros e 280 metros;
- Avaliar a possibilidade de instalar as estacas sem recurso a pré-furo. Caso o pré-furo seja inevitável, este será realizado com um diâmetro inferior ao da estaca e quando estacado, o próprio terreno envolverá a estaca, evitando o uso de calda de cimento, de modo a reduzir ao mínimo a alteração da estrutura geológica existente;
- Obter autorização da Agência Portuguesa do Ambiente/ Administração da Região Hidrográfica do Algarve para as situações de afetação do domínio público hídrico;

11.2 FASE PRÉVIA À CONSTRUÇÃO

- Deve ser apresentado à Autoridade de Avaliação de Impacte Ambiental o projeto de pormenor do viaduto previsto sobre a ribeira da Foupanilha, onde se inclua a reanálise de impactes sobre o leito e margens deste curso de água e a previsão medidas de prevenção da contaminação na escolha e execução dos pilares e encontros;
- Elaborar um Plano de Acompanhamento Ambiental de Obra, o qual deve incluir todas as medidas de minimização a cumprir na fase de construção e identificar cartograficamente todas os condicionamentos existentes nas áreas intervencionadas pela obra e envolvente imediata.

- Elaborar um Plano de Emergência, o qual deve identificar e caracterizar os potenciais riscos associados à execução dos trabalhos e os procedimentos e ações a levar a cabo pela entidade executante, em caso de acidente ou de outra situação de emergência;
- Elaborar um Plano de Gestão de Resíduos que permita o adequado armazenamento e encaminhamento dos resíduos resultantes da obra;
- Levantamento gráfico, topográfico e fotogramétrico de todas as ocorrências patrimoniais que se encontrem na área de afetação direta do Projeto. No caso dos muros de pedra seca, recomenda-se o registo gráfico de um troço de alçado com 2 m de comprimento e a representação em planta dos alinhamentos murários;
- Realização de nova prospeção arqueológica nas áreas que apresentaram visibilidade nula ou reduzida. Esta intervenção deverá ocorrer, preferencialmente, após a diminuição da densidade da cobertura vegetal ou mediante a sua gestão controlada, de forma a garantir condições adequadas de observação da superfície. A reavaliação destas áreas permitirá confirmar ou excluir a presença de ocorrências patrimoniais, contribuindo para uma caracterização mais rigorosa da área de estudo e para a definição de eventuais medidas de minimização a implementar no âmbito do Projeto;
- Realização de nova prospeção arqueológica com vista à confirmação da localização e verificação dos sítios “Alcarias Baixas”, “Touris”, “Esmoriz”, “Valinho Zé Dias 1” e “Valinho Zé Dias 2”;
- Elaborar um Projeto de Integração Paisagística com base nos princípios constantes do Plano de Integração Paisagística, conforme este vier a ser aprovado;
- Divulgar o programa de execução das obras às populações interessadas, designadamente à população residente nos aglomerados de Alcarias de Baixo, Casas Baixas e Amoreira. A informação disponibilizada deve incluir o objetivo, a natureza, a localização da obra, as principais ações a realizar, respetiva calendarização e eventuais afetações à população, designadamente a afetação das acessibilidades;
- Informar sobre a construção e instalação do Projeto à Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil e entidades normalmente envolvidas na prevenção e combate a incêndios florestais, bem como as entidades com jurisdição na área do Projeto;
- Deve ser privilegiada a contratação de mão-de-obra local e a aquisição de bens e serviços na região;
- A iluminação noturna na área de implantação da Central Solar Fotovoltaica apenas deve existir na Subestação e no sistema de armazenamento por baterias e ligada a censores, de forma a ser acionada apenas em caso de movimento, reduzindo a iluminação artificial ao estritamente necessário, com um feixe de luz vertical e dirigido para baixo.
- Garantir e demonstrar que a construção da Linha Elétrica é realizada de acordo com a regulamentação aplicável à diminuição do risco sísmico.

11.3 FASE DE CONSTRUÇÃO

Planeamento dos trabalhos, estaleiros e áreas a intervencionar

- O corte de exemplares arbóreos não pode ser efetuado no período de nidificação/reprodução das espécies de animais selvagens, entre 1 de abril e 30 de junho, de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 11º do Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de fevereiro;
- O corte dos exemplares arbóreos na área de intervenção da Central Solar Fotovoltaica de Terra Ruiva só pode decorrer imediatamente antes da obra;
- Sempre que a salvaguarda de exemplares arbóreos existentes no interior da área de intervenção se afigurar possível, estes deverão ser devidamente identificados com cintas e resguardados por vedações que abranjam, no mínimo, uma área coincidente com a projeção da copa. As árvores na proximidade da área de intervenção, que possam ser acidentalmente afetadas, deverão ser, no mínimo, identificadas com cintas de modo a não serem afetadas pelas movimentações de máquinas e viaturas ou outras ações no decorrer da obra;
- A construção do apoio P9, dos atravessamentos de linhas de água por valas de cabos e acessos internos da CSF, bem como a construção do viaduto previsto sobre a ribeira da Foupanilha, devem preferencialmente ocorrer no período seco do ano.
- Em caso de necessidade de utilização de terras de empréstimo e na utilização de materiais inertes, deve ser garantido que estes não proveem de áreas contaminadas por espécies vegetais exóticas invasoras e estão isentos da presença de propágulos/sementes das referidas espécies, para que as mesmas não alterem a ecologia local ao introduzirem plantas invasoras;
- Previamente à entrada em obra deve ser feita a balizagem do domínio público hídrico, de forma a evitar-se a afetação da vegetação ripícola e a circulação indevida em linhas de água;
- Delimitação e sinalização das ocorrências patrimoniais que se encontrem na área de afetação do Projeto. Esta medida deverá assegurar o registo, documentação e salvaguarda da informação patrimonial associada às estruturas intervencionadas, garantindo a adequada mitigação dos impactes decorrentes da sua eventual remoção ou alteração;
- As áreas de intervenção devem ser limitadas às zonas estritamente indispensáveis para a execução da obra, devendo os locais a preservar ser sinalizados e balizados;
- Na abertura da faixa de proteção da Linha Elétrica, as formações ripícolas devem ser integralmente preservadas;
- Implementar em obra um mecanismo de registo e controlo de reclamações, que permita aferir a gestão adequada da obra do ponto de vista da população envolvente;
- Assegurar a contenção visual da obra, desde o início;

- Assegurar que são selecionados os métodos e os equipamentos que originem o menor ruído e emissão de gases possível;
- Limitar as atividades mais ruidosas ao período diurno de dias úteis;
- Garantir a presença unicamente de equipamentos que apresentem homologação acústica nos termos da legislação aplicável e que se encontrem em bom estado de conservação/manutenção;
- Garantir o adequado Acompanhamento Ambiental de Obra;
- Os trabalhos de obra devem ser concentrados no tempo, sobretudo os causam maior perturbação;
- Definir os percursos mais adequados para o transporte de equipamentos, materiais e resíduos, privilegiando trajetos que minimizem a afetação da população;
- Os serviços interrompidos, resultantes de intervenções da obra planeadas ou de afetações acidentais, deverão ser restabelecidos o mais brevemente possível;
- Em caso de condicionamentos ou desvios temporários de tráfego, os planos de circulação alternativa deverão ser atempadamente submetidos e aprovados pelas entidades competentes (Câmara Municipal; GNR);
- Executar os trabalhos que envolvam a movimentação de terras nos períodos de menor pluviosidade, de forma a minimizar a exposição dos solos e diminuir a erosão hídrica e o transporte de partículas sólidas;
- A terra vegetal deverá ser removida de forma seletiva, evitando a mistura com horizontes inferiores, sendo armazenada em pargas de altura controlada, localizadas fora de zonas de escorrência preferencial e protegidas contra erosão, para posterior reutilização na recuperação das áreas intervencionadas. As terras vegetais em pargas devem ser sinalizadas;
- Minimizar o intervalo de tempo entre as operações de desmatação e a recuperação das áreas intervencionadas, promovendo a recuperação progressiva das áreas onde os trabalhos estejam concluídos;
- Garantir a utilização de equipamentos elétricos selados e de elevada estanquicidade, minimizando perdas fugitivas de gases fluorados;
- Deverá ser assegurada a proteção integral dos povoamentos de quercíneas e exemplares arbóreos e herbáceo-arbustivos a preservar, através de balizagem e sinalização;
- As áreas intervencionadas deverão ser progressivamente estabilizadas;
- Devem ser asseguradas ações de sensibilização ambiental e formação de segurança para todos os intervenientes da obra;
- Planear adequadamente as operações de obra, minimizando a sobreposição de tarefas e a necessidade de mobilização excessiva de equipamentos e otimizar a logística de transporte de materiais e trabalhadores;
- Cumprir o dimensionamento das soluções hidráulicas;

- Utilização permanente de Equipamentos de Proteção Individual;
- Nos trabalhos em altura deverão ser sempre utilizados os Equipamentos de Proteção Coletiva, para além dos Equipamentos de Proteção Individual.
- Vedar os estaleiros e áreas de armazenamento de materiais;
- A área do estaleiro não deve ser impermeabilizada, com exceção dos locais de manuseamento e armazenamento de substâncias poluentes;
- Garantir as condições de acessibilidade, parqueamento e operação dos meios de socorro e emergência;
- Deverá ser assegurada a manutenção de coberto vegetal nas áreas não impermeabilizadas que promova a proteção do solo, a infiltração e a redução da erosão;
- Restringir o acesso à área da obra a pessoal e veículos diretamente afetos à empreitada;
- Proceder à manutenção e vigilância dos balizamentos/sinalizações, até ao final das obras;
- Instalação de barreiras e sinalização abaixo das áreas de trabalho em altura.

Desmatação e Movimentação de Terras

- Acompanhamento arqueológico presencial e permanente de todos os trabalhos de movimentação de terras associados à execução deste Projeto. Deverão ser alvo de acompanhamento arqueológico todas as ações realizadas por via mecânica ou manual, de forma sistemática e permanente que impliquem remeximento do subsolo (escavação, desmatação, decapagens, montagem de estaleiro, abertura de caminhos de acesso, áreas de empréstimo e vazadouro) ou outras que possam implicar eventual afetação de bens patrimoniais. Este acompanhamento deverá ser efetuado por técnico habilitado, com o objetivo de identificar eventuais vestígios ou ocorrências patrimoniais não previamente detetadas, permitindo a adoção imediata de medidas de salvaguarda, sempre que necessário. Sempre que sejam identificados vestígios e/ou contextos arqueológicos ou patrimoniais, deverão ser de imediato implementadas medidas específicas de salvaguarda, a definir em função da natureza, relevância e estado de conservação das ocorrências detetadas, em articulação com as entidades competentes;
- Realização de escavação arqueológica nas áreas a afetar diretamente pelos elementos do Projeto, sempre que previamente identificadas ocorrências patrimoniais ou quando tal se revele necessário no decurso dos trabalhos;
- Realização de re-prospeção arqueológica das áreas após desmatação, com o objetivo de identificar eventuais ocorrências patrimoniais previamente ocultas pela cobertura vegetal. Esta intervenção deverá ser efetuada em momento imediatamente subsequente aos trabalhos de desmatação, garantindo condições adequadas de visibilidade do solo e permitindo a deteção e caracterização de novos vestígios, bem como a eventual redefinição de medidas de minimização a implementar;

- Acompanhamento arqueológico do desmonte controlado de todas as ocorrências patrimoniais passíveis de afetação direta.
- Os resíduos verdes resultantes da desmatação, decapagem e limpeza do terreno devem ser estilhados e espalhados no solo sempre que não forem detetadas espécies alóctones com comportamento invasor na proximidade, a fim de prevenir a sua propagação;
- Todo o material lenhoso resultante da limpeza dos terrenos, que não seja estilhado, deverá ser prontamente retirado do local de forma a não constituir um foco de propagação de incêndio;
- As ações de desmatação, desflorestação, corte ou decote de árvores devem ser feitas recorrendo a meios que integrem mecanismos de retenção de eventuais faíscas, a fim de minimizar o risco de incêndio;
- A terra vegetal resultante da decapagem deverá ser armazenada para utilização na recuperação das áreas de intervenção, nomeadamente no recobrimento de taludes;
- Implementar o Plano de Controlo de Erosão, conforme este vier a ser aprovado;
- Em períodos de elevada pluviosidade as ações de movimentações de terras devem cessar temporariamente;
- A decapagem do solo vivo deve ser realizada sempre no sentido de a máquina nunca circular sobre o terreno ainda não decapado;
- Durante toda a fase de construção, garantir a drenagem do talude no local de implantação do apoio P9;
- Verificar periodicamente a descarga das valetas, de forma a intervir atempadamente em caso de erosão ou assoreamento.

<u>Gestão de materiais, resíduos e efluentes</u>

- Garantir que todos os materiais usados em obra são provenientes de fornecedores locais sem a presença de espécies vegetais invasoras;
- Proceder à manutenção e revisão periódica de todas as máquinas e veículos afetos à obra, de forma a manter as normais condições de funcionamento;
- Todos os materiais, resíduos e substâncias potencialmente contaminantes deverão ser devidamente acondicionados, armazenados em locais impermeabilizados, e encaminhados para operadores autorizados, devendo existir kits de contenção de derrames nas frentes de trabalho e procedimentos definidos para atuação em caso de acidente;
- O abastecimento e manutenção de equipamentos deverá ocorrer em zonas preparadas para o efeito ou com recurso a meios de contenção secundária;
- Privilegiar fornecedores e materiais da região, sempre que possível;
- Privilegiar, sempre que possível, a utilização de materiais com menor intensidade carbónica, nomeadamente com base em Declarações Ambientais de Produto;

- Assegurar a correta gestão e minimização de desperdícios de materiais em obra;
- Proibir a queima de resíduos vegetais, privilegiando a sua trituração e incorporação no solo;
- Assegurar o destino adequado para os efluentes domésticos provenientes dos WC químicos no estaleiro, de forma a evitar contaminação do solo e da água;
- É proibido o depósito de resíduos diretamente no solo ou linhas de água;
- Não deverão ser efetuadas operações de manutenção e lavagem de máquinas e viaturas no local da obra. Caso seja imprescindível, deverão ser criadas condições que assegurem a não contaminação do solo e água;
- Os geradores utilizados no decorrer da obra devem estar devidamente acondicionados, de forma a evitar contaminações do solo e água.
- Assegurar o transporte de materiais de natureza pulverulenta ou do tipo particulado em veículos adequados, com a carga coberta;
- Os resíduos não perigosos devem ser armazenados em contentores e/ou *big bags*, dedicados à sua tipologia;
- É proibida a colocação de terras e materiais em domínio público hídrico (10 metros para cada lado das linhas de água);
- Encaminhar todos os resíduos a operadores licenciados de gestão de resíduos, com base no Plano de Gestão de Resíduos, que vier a ser aprovado;

<u>Acessos, plataformas e fundações</u>

- Limitar a circulação de veículos e maquinaria aos acessos definidos e sinalizados;
- Colocação de sinalização vertical e horizontal adequada, incluindo limites de velocidade, sentidos de circulação e avisos de perigo;
- A circulação de veículos deverá respeitar as normas de segurança, nomeadamente a redução da velocidade de circulação junto das povoações e junto de recetores sensíveis;
- Prever o acompanhamento especializado durante as escavações, permitindo identificar e salvaguardar eventuais ocorrências com interesse científico não previamente cartografadas;
- Nos acessos a construir não deverão ser utilizados materiais impermeabilizantes;
- Nos acessos a beneficiar e construir deverão ser utilizados inertes de origem local ou com a mesma coloração da rocha na envolvente, para que o seu traçado não assuma demasiado contraste relativamente às zonas adjacentes;
- Proceder à aspersão controlada de água, durante os períodos secos e ventosos, nas zonas de trabalhos e nos acessos utilizados pelos diversos veículos, onde poderá ocorrer a acumulação e ressuspensão de poeiras;
- Os apoios P2 ao P5 da Linha Elétrica devem ser integralmente construídos na época seca do ano, de forma a minimizar a afetação da linha de água pelo acesso a criar e a melhorar. A área de

intervenção destes apoios, incluindo acesso a criar e a melhorar, deve ser imediatamente recuperada, repondo as condições iniciais do leito e margens da linha de água;

- A intervenção em linhas de água para a construção de valas de cabos deve ser seguida da reposição das condições iniciais do leito e margens. Após os trabalhos de recuperação, o local deve ser vedado para evitar novas afetações;
- Assegurar que os caminhos ou acessos nas imediações da área do Projeto não fiquem obstruídos ou em más condições, possibilitando a sua normal utilização por parte da população local.

Final da fase de construção

- Todos os taludes finais deverão adotar inclinações que garantam a sua estabilidade, a fixação da terra vegetal de cobertura e facilitem o recobrimento vegetal;
- Implementar o Plano de Recuperação das Áreas Intervencionadas, conforme este vier a ser aprovado;
- Implementar o Projeto de integração Paisagística, conforme o mesmo vier a ser aprovado.
- Desativar totalmente a área do estaleiro, com a retirada de todos os equipamentos e materiais que apresentem risco de contaminação do solo e água;
- Todos os acessos abertos especificamente para a obra e que não venham a ter utilização posterior devem ser desativados e reabilitados, garantindo-se a reposição da situação inicial, através da descompactação do solo e espalhamento do solo decapado;
- Assegurar a desobstrução e limpeza de todos os elementos hidráulicos de drenagem que tenham sido eventualmente afetados pelas obras de construção.

11.4 Fase de exploração

- Para minimizar o risco de mortalidade na Central Solar Fotovoltaica, recomenda-se que qualquer iluminação existente nos painéis solares esteja desligada ao longo da noite para evitar a atração de quirópteros. Se por razões de segurança for necessário que a iluminação esteja temporariamente ligada, recomenda-se que sejam utilizadas células de deteção de movimento associadas a temporizadores, de modo que esteja ligada apenas por curtos períodos;
- Disponibilizar a cartografia de todas os condicionamentos existentes na área do Projeto.
- Devem ser asseguradas ações de sensibilização ambiental e formação de segurança aos trabalhadores permanentes e temporários;
- Encaminhar todos os resíduos resultantes das operações de manutenção e reparação dos equipamentos para operadores licenciados de gestão de resíduos de acordo com a sua tipologia;
- Sempre que ocorra um derrame de produtos químicos no solo deve proceder-se à recolha do solo contaminado, se necessário com o auxílio de um produto absorvente adequado, e ao seu armazenamento num recipiente dedicado a resíduos perigosos, para posterior encaminhamento a operador de gestão de resíduos licenciado;

- Verificar periodicamente a eficácia da rede drenagem superficial, mantendo as valetas e restantes soluções hidráulicas desimpedidas;
- Assegurar o destino adequado para os efluentes domésticos provenientes da fossa sética no Edifício de Comando, de forma a evitar contaminação do solo e água;
- Sempre que se desenvolvam operações de manutenção, reparação ou de conservação, deverá ser fornecida aos responsáveis dessas operações o Plano de Acompanhamento Ambiental de Obra, no qual consta a cartografia de todas os condicionamentos existentes na área do Projeto;
- Limitar a circulação de veículos e maquinaria aos acessos definidos para o efeito e à faixa de proteção da Linha Elétrica;
- Proceder à manutenção e revisão periódica dos equipamentos, de forma a manter as normais condições de funcionamento;
- Garantir a presença unicamente de equipamentos que apresentem homologação acústica nos termos da legislação aplicável e que se encontrem em bom estado de conservação/manutenção;
- Promover a contratação de serviços locais para manutenção e operação do Projeto;
- As intervenções deverão ser preferencialmente realizadas em condições meteorológicas favoráveis, evitando períodos de precipitação intensa que possam potenciar fenómenos de erosão ou degradação do solo;
- As áreas intervencionadas durante ações de manutenção deverão ser repostas, assegurando a recuperação da cobertura vegetal e das condições do solo;
- Deverá ser monitorizada a ocorrência de fenómenos erosivos, particularmente em zonas declivosas ou sujeitas a concentração de escorrência, sendo implementadas medidas corretivas sempre que necessário, conforme previsto no Plano de Controlo de Erosão;
- Planear as atividades de operação e manutenção, de forma a reduzir deslocações desnecessárias;
- Assegurar a manutenção regular dos equipamentos, garantindo a sua eficiência energética e reduzindo consumos de combustível;
- Privilegiar a utilização de equipamentos mais eficientes e, sempre que possível, com menores emissões específicas;
- Realizar inspeções periódicas aos equipamentos que contenham SF_6, garantindo a deteção precoce de fugas;
- Informar os serviços e agentes de proteção civil locais quanto às ações de manutenção, de modo a possibilitar um melhor acompanhamento e intervenção;
- Garantir as condições de acessibilidade, parqueamento e operação dos meios de socorro e emergência;
- Nos trabalhos em altura deverão ser sempre utilizados os Equipamentos de Proteção Coletiva, para além dos Equipamentos de Proteção Individual;

- Utilização permanente de Equipamentos de Proteção Individual;
- Instalação de barreiras e sinalização abaixo das áreas de trabalho em altura;
- Garantir a existência de meios de combate a incêndios na Central Solar Fotovoltaica;
- Execução de ações de manutenção corretiva e preventiva sempre que se detetem anomalias nos equipamentos.
- O controlo da vegetação deverá privilegiar métodos de baixo impacte, como corte mecânico seletivo ou pastoreio controlado, evitando mobilizações do solo e remoção total do coberto vegetal;
- As intervenções de controlo da vegetação deverão ser executadas entre setembro e fevereiro, de forma a não afetar o ciclo reprodutor da fauna e flora;
- É proibido o uso de herbicidas para controlar a vegetação;
- A limpeza dos painéis deve ser realizada sem a utilização de produtos químicos;
- Verificar a eficácia das medidas de controlo do ruído junto dos recetores sensíveis, em articulação com o acompanhamento previsto para o Ambiente Sonoro, recorrendo a avaliação acústica sempre que sejam identificadas anomalias de funcionamento ou reclamações relacionadas com o ruído do Projeto. Quando necessário, implementar medidas corretivas e verificar a sua eficácia;
- Assegurar a manutenção das intervenções previstas no Projeto de Integração Paisagística e no Plano de Recuperação das Áreas Intervencionadas, incluindo a reposição de exemplares que não sobrevivam e a correção de falhas no revestimento vegetal, de forma a preservar a sua função de integração visual;
- Monitorizar a eficácia das medidas de integração paisagística, com particular atenção às zonas visíveis a partir das habitações e dos aglomerados próximos, procedendo ao reforço das intervenções sempre que se verifique que os objetivos previstos não estão a ser alcançados.

11.5 Fase de desativação

- Elaborar um plano de desativação e recuperação da área do Projeto à data da desativação. Este plano deve incluir, no mínimo, a limpeza, descompactação do solo. O plano de desativação e recuperação deve incluir as medidas de minimização previstas para a fase de construção que forem aplicáveis;
- Acompanhamento arqueológico permanente durante os trabalhos de desmontagem, remoção de estruturas, fundações, valas de cabos e apoios da Linha Elétrica, com particular incidência nas operações que impliquem escavação ou revolvimento do subsolo;
- Atualização da situação de referência das ocorrências patrimoniais conhecidas em sede de Relatório Final dos Trabalhos Arqueológicos;

- Sinalização e balizamento das ocorrências patrimoniais identificadas localizadas na área de afetação direta do Projeto, evitando a sua afetação durante os trabalhos de desativação;
- Minimizar o período de desmantelamento, limpeza e recuperação das áreas intervencionadas, de modo que as perturbações tenham a menor duração possível;
- Os materiais resultantes da desmontagem deverão ser devidamente segregados, promovendo a sua reutilização e encaminhamento para reciclagem;
- Os resíduos perigosos deverão ser armazenados e encaminhados de acordo com a legislação aplicável;
- A remoção de fundações deverá ser realizada de forma a minimizar a perturbação do solo e evitar escavações desnecessárias;
- Deverá ser promovida a revegetação com espécies adequadas, garantindo a estabilização do solo e a sua integração paisagística;
- Planear as operações de desativação e a circulação de maquinaria e veículos de forma eficiente, minimizando o consumo de energia e combustíveis;
- Deve ser evitada a realização de trabalhos em período noturno para diminuir os fatores de perturbação sobre a atividade dos quirópteros e também o risco de atropelamento;
- No desmantelamento da CSF, deverão ser adotadas as melhores práticas disponíveis no mercado para disposição final dos componentes dos painéis fotovoltaicos, incluindo as estruturas e cablagem. Deverão ser priorizadas soluções de reutilização e reciclagem dos materiais;
- A remoção das soluções hidráulicas deve ocorrer durante o período seco;
- Assegurar o controlo de poeiras nas frentes de trabalho e nos acessos, através da aspersão controlada de água quando necessário e da cobertura das cargas de materiais pulverulentos;
- Organizar os percursos e a circulação de veículos pesados de modo a minimizar a perturbação junto das habitações, mantendo as condições de acesso da população e dos meios de socorro;
- Minimizar o intervalo entre o desmantelamento, a remoção de materiais e resíduos e a recuperação das áreas intervencionadas, preservando, sempre que compatível com os trabalhos, a vegetação que assegure contenção visual;
- Manter o mecanismo de contacto e tratamento de reclamações durante os trabalhos de desativação, assegurando a análise das situações comunicadas, a adoção de medidas corretivas e a resposta à população.

12 COMUNICAÇÃO COM A COMUNIDADE LOCAL

O Proponente está a desenvolver e propõe-se a implementar a iniciativa “Território Informado”, para envolver a Comunidade Local e mantê-la devidamente informada. Nesta iniciativa será garantida a

disponibilização de informação atualizada e mecanismos permanentes de participação e resposta, para um acompanhamento próximo das preocupações e sugestões da Comunidade Local. Pretende-se que esta iniciativa se inicie com após a emissão da Declaração de Impacte Ambiental favorável, e se mantenha ativa, com contactos diretos, durante toda a fase construção e exploração do projeto.

VALUE ELEMENT ENGINEERING

SOLUTIONS

Rua do Multipark 1, N.º 79

+351 255 871 022
geral@valueelement.pt

www.valueelement.pt